

Relações Intergrupais e Identidades Sociais

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.157.7>

Julia Alves Brasil

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais,
Universidade do Minho, Braga, Portugal
<https://orcid.org/0000-0003-0445-1207>
juliaalvesbrasil@gmail.com

Rosa Cabecinhas

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais,
Universidade do Minho, Braga, Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-1491-3420>
cabecinhas@ics.uminho.pt

Resumo

Neste capítulo, analisamos a ligação entre as relações intergrupais e a construção de identidades sociais. Mais especificamente, abordamos os processos de diferenciação intragrupais (eu vs. nós) e intergrupais (nós vs. eles) e discutimos de que forma esses processos se traduzem na construção de identidades, assim como quais as suas consequências nas interações sociais, em contextos de competição e de cooperação. Trata-se de uma das áreas mais vastas e mais relevantes da psicologia social, envolvendo uma grande diversidade de modelos teóricos e linhas de investigação empírica. Dentre estes modelos, apresentamos com maior detalhe a teoria da identidade social (TIS).

O capítulo está organizado em cinco seções: (a) primeiramente, fazemos uma breve apresentação das diferentes perspectivas teóricas que foram desenvolvidas ao longo do tempo sobre os processos de diferenciação intra e intergrupais e que influenciaram o desenvolvimento da TIS; (b) em seguida, apresentamos estudos iniciais realizados sob esse referencial teórico, além de discussões sobre o conceito de “grupo” e as características do comportamento social; (c) na terceira seção, discutimos os processos de categorização e comparação social e suas relações com a identidade social; (d) na quarta seção, analisamos as estratégias utilizadas pelas pessoas em diferentes situações para manter sua distintividade positiva e como essas estratégias se inserem na dinâmica das relações intergrupais; e (e) finalmente, apresentamos proposições teóricas acerca da construção das identidades sociais que foram desenvolvidas a partir de alguns pressupostos da TIS, mas que sublinham outros aspectos relativos às dinâmicas identitárias dos membros de um grupo e às relações intergrupais.

Palavras-chave

relações intergrupais, identidade social, comparação social, processos de diferenciação, discriminação social

É impossível imaginar um encontro social entre duas pessoas que não seja afectado, pelo menos minimamente, pelas inclusões mútuas de um e outro numa variedade de categorias sociais sobre as quais existem no pensamento dos interagentes certas expectativas gerais quanto às suas características e comportamento.

—Henri Tajfel, *Grupos Humanos e Categorias Sociais II*

Processos de Diferenciação Grupal: Contexto Histórico e Principais Propostas Teórico-Conceituais

Entre o final do século XIX e o início do século XX, observa-se uma hegemonia da chamada “psicologia social psicológica” (Berkowitz, 1965; Camino & Torres, 2023), sobretudo nos Estados Unidos da América (EUA), a qual centra seus modelos explicativos no indivíduo (ver Capítulo 1 deste livro). Nessa época, também predominava entre diferentes estudiosos (e.g., Le Bon, 1896; Tarde, 1890/1924) uma concepção negativa acerca dos processos grupais e dos comportamentos das “massas”. De acordo com tais perspectivas, o grupo¹ era concebido como uma instância que faria com que as pessoas perdessem a sua individualidade, de modo que a vida em grupo seria construída a partir de processos de imitação (Tarde, 1890/1924) e sugestionabilidade (Le Bon, 1896).

Durante os anos 1940, o estudo sobre os grupos ganha novo impulso com os trabalhos de Kurt Lewin. Para além do seu contributo, amplamente reconhecido, na análise das dinâmicas de grupos restritos, Lewin formulou conceitos fundamentais para a análise das relações intergrupais e enunciou alguns dos pressupostos que viriam a ser adotados por teorizações posteriores mais sistemáticas (Apfelbaum, 1979; Tajfel & Turner, 1979). De fato, durante décadas, a separação entre o estudo das relações intragrupais, por um lado, e das relações intergrupais, por outro, contribuiu, sem dúvida, para a dificuldade em se alcançar um modelo integrativo.

A obra póstuma de Lewin (1948/1997), que reúne diversos artigos publicados durante a sua vida, apresenta uma das primeiras reflexões teóricas sobre a relação entre os processos grupais e os fenômenos de discriminação em larga escala. O autor estudou as dinâmicas intra e intergrupais a partir da observação e da análise de acontecimentos e movimentos sociais, na Europa e nos EUA, nomeadamente o antissemitismo e a luta das mulheres pelo direito de voto. Orientado pelo projeto de *action-research* (pesquisa-ação), que caracterizou grande parte da sua pesquisa, Lewin procurou identificar práticas de socialização e dinâmicas que permitissem aos membros de grupos minoritários² fazerem face à discriminação social de que eram alvo.

Concretamente em relação ao antissemitismo, Lewin salienta a sua origem social, situando-o em forças externas ao grupo discriminado e independentes do comportamento ou das características dos seus membros. A discriminação abrange todos os membros do grupo, independentemente das suas características individuais, e a centralidade da pertença

1 Para mais discussões sobre as origens e o desenvolvimento da psicologia social e, em particular, sobre o estudo dos grupos, ver, por exemplo, Camino e Torres (2023) e Torres et al. (2023).

2 A expressão “grupo minoritário” remete para minoria social e não necessariamente para minoria quantitativa. Recentemente, a expressão “grupo minorizado” começou a ser usada precisamente para salientar esse aspecto. Ao longo deste texto, alternaremos o uso das expressões “grupo minoritário” e “grupo dominado” para nos referirmos a grupos considerados como de estatuto social inferior na sociedade; e “grupo maioritário” e “grupo dominante” para nos referirmos a grupos considerados como de estatuto social superior.

a esse grupo é também independente do comportamento dos seus membros. Assim, os membros dos grupos dominados, na acepção de Lewin (1948/1997), estão sujeitos a um “destino comum” (p. 165), que lhes é imposto pelo exterior. Lewin analisa, ainda, as implicações de pensamentos negativos relativamente ao grupo de pertença e que dão origem a estratégias individuais de adaptação ao grupo dominante, passando pela recusa ou negação da pertença ao grupo minoritário. Estas estratégias, como o autor salienta, podem ter efeitos positivos na autoestima dos indivíduos, mas não são geradoras de mudança social, visto que ela só pode ser alcançada através de estratégias coletivas, conforme discutiremos adiante.

Além das contribuições de Lewin, diferentes propostas teóricas também foram desenvolvidas no campo da psicologia para estudar os processos de diferenciação grupal. Por exemplo, algumas teorias estudavam tais processos a partir do conceito de “etnocentrismo”, o qual já havia sido explorado pelo sociólogo Sumner (1906/1940) no início do século XX. Dentre tais perspectivas teóricas, podemos citar os estudos sobre a “personalidade autoritária”, de Adorno et al. (1950), baseados na teoria psicanalítica. Também baseados na perspectiva psicanalítica, Dollard et al. (1939) desenvolveram a teoria da frustração-agressão, segundo a qual “a diferenciação intergrupal seria fruto do deslocamento da hostilidade produzida pelas frustrações inerentes à vida, sobre categorias sociais que, pelo seu *status* na sociedade, não podem revidar adequadamente” (Torres et al., 2023, p. 346), constituindo os chamados “bodes expiatórios”.

Embora estudos como o de Dollard et al. (1939) e Adorno et al. (1950) envolvam a análise de fenômenos sociais, eles o fazem a partir de atributos individuais (Torres et al., 2023). Contudo, a partir da década de 1950, Sherif et al. (1961/1988) começam a realizar diferentes experimentos que vão embasar o desenvolvimento de um modelo sobre as relações intergrupais que se demarca nitidamente do quadro explicativo dominante na época. Esse modelo visava a uma integração entre o “psicológico” e o “sociológico”, a fim de extrapolar do nível de análise interpessoal para o nível de análise intergrupal ou posicional (Doise, 1982). Os autores se distinguiram das abordagens que analisam o comportamento intergrupal a partir da personalidade dos indivíduos (e.g., Adorno et al., 1950), salientando que

não podemos de uma forma legítima extrapolar dos anseios e frustrações motivacionais de um indivíduo para as suas experiências e comportamentos em situações de grupo como se os processos de interação e reciprocidade dentro de um grupo fossem uma ação de sombras. É igualmente errôneo extrapolar das propriedades das relações dentro dos grupos para explicar as relações entre grupos, como se a área de interação entre grupos consistisse num vácuo (Sherif & Sherif, 1979, pp. 8–9).

Os trabalhos de Sherif representam um esforço pioneiro de articulação entre explicações psicológicas e sociológicas, tendo este autor insistido várias vezes sobre a insuficiência dos modelos “individualistas” para explicar as regularidades que se manifestam nas relações entre grupos. No entanto, as pesquisas de Sherif se inserem principalmente no nível de análise situacional, visto que dizem respeito à interação entre indivíduos repartidos em grupos diferentes, mas não ocupando necessariamente uma posição diferente no sistema social (Doise, 1982). Esta limitação está bem patente na definição de “grupo” proposta pelo autor, na qual não há qualquer referência aos critérios externos, concebendo o grupo como “uma unidade delineada socialmente cujas propriedades são mensuráveis e têm consequências para o comportamento dos seus membros”, incluindo uma “estrutura ou organização” e um “conjunto de normas que regulam o comportamento dos membros” (Sherif & Sherif, 1979, p. 8).

Uma das mais famosas pesquisas de Sherif sobre esta temática é conhecida por *robbers cave* (Caverna dos Ladrões; Sherif et al., 1961/1988). Esta experiência, realizada com rapazes num acampamento de verão, foi constituída por várias fases. Na primeira fase, Sherif estudou as interações naturais em dois grupos de rapazes, que ignoravam a existência um do outro. Esta fase permitiu observar a formação de normas e a emergência de uma hierarquia dentro dos grupos. Na segunda fase, os dois grupos foram postos em contato e empenhados em tarefas competitivas (e.g., caça ao tesouro, jogos de basebol), o que desencadeou o surgimento de hostilidade entre eles. Numa terceira fase, com o objetivo de reduzir o conflito entre os grupos, foram realizadas tarefas não competitivas em conjunto (e.g., lançar fogo de artifício), mas a hostilidade entre os grupos não diminuiu. Finalmente, Sherif foi capaz de reduzir o conflito, introduzindo uma série de problemas que requeriam a participação conjunta de todos os membros de ambos os grupos (e.g., falta de água no acampamento), isto é, objetivos supraordenados (Delouvée & Wagner-Egger, 2022; Piermattéo et al., 2023a; Yzerbyt & Klein, 2023).

O modelo de Sherif, construído a partir da criação experimental de situações de competição e de cooperação entre grupos, estipula que os comportamentos hostis e as representações que favorecem o endogrupo face ao exogrupo resultam da situação de conflito e não da estrutura interna do grupo ou das características dos seus membros. Campbell (1965) denominou esse modelo como “realistic conflict theory” (teoria do conflito realista ou teoria do conflito realístico), porque o ponto de partida para a explicação do comportamento intergrupar foi o que Sherif denominou as “relações funcionais entre grupos sociais”. Sherif (1966/2015) verificou que a competição intergrupar aumenta a coesão e a cooperação intragrupal – isto é, os conflitos reais de interesses entre grupos não só criam relações intergrupais antagônicas, como aumentam a identificação e a ligação positiva com o grupo de pertença. No entanto, de acordo com Tajfel e Turner (1979), a identificação dos membros com o endogrupo foi negligenciada por Sherif e colaboradores. De fato, esse modelo não se foca nem nos processos subjacentes ao desenvolvimento e à manutenção da identidade grupal, nem nos seus possíveis efeitos autônomos, quer ao nível intragrupal, quer ao nível intergrupar, aspectos que a investigação nas últimas décadas revelou serem da máxima importância, como será discutido nas seções seguintes.

O Paradigma dos Grupos Mínimos e o Conceito de “Grupo” na Teoria da Identidade Social

Enquanto a teoria do conflito realista (Sherif, 1966/2015; Sherif et al., 1961/1988) enfatizava a existência de processos de diferenciação intergrupar em contextos de conflito e competição, a TIS (Tajfel, 1982a, 1983; Tajfel & Turner, 1979) consiste numa perspectiva das relações intergrupais cujo objetivo inicial era não só ultrapassar as extrapolações do nível interpessoal para o nível intergrupar, como questionar a relevância do conflito objetivo enquanto determinante da discriminação entre grupos sociais.

Henri Tajfel, psicólogo social de origem polonesa e judia, foi prisioneiro de guerra durante a Segunda Guerra Mundial e teve a sua família exterminada no Holocausto. A partir dessas experiências, ele passa a se interessar pelo estudo das condições que fazem com que haja conflitos e discriminações intergrupais devido à existência de diferentes pertenças grupais. Seus trabalhos também foram influenciados pelo seu percurso científico, o qual incluiu uma colaboração, durante os anos 1950, com Jerome Bruner, investigador que propunha discussões sobre o papel da categorização nos processos perceptivos das pessoas, auxiliando-as a simplificar e organizar o mundo (Bruner, 1957).

Levando em consideração esses interesses de investigação, Tajfel et al. (1971) realizaram uma experiência com o objetivo de determinar as condições mínimas do aparecimento

do favoritismo endogrupal, cujos resultados contribuíram para a formulação da TIS. Na primeira parte da experiência, os participantes, adolescentes do sexo masculino, realizaram uma tarefa de julgamentos estéticos, na qual foi solicitado que eles indicassem suas preferências entre os quadros dos pintores Klee e Kandinsky. Em seguida, os participantes foram repartidos em dois grupos, o grupo “Klee” e o grupo “Kandinsky”, supostamente em função dos resultados da tarefa precedente. Esses grupos foram denominados “grupos mínimos” porque são “meramente cognitivos” (Tajfel & Turner, 1979, p. 39). Na segunda parte da experiência, pediu-se aos participantes para, com a ajuda de várias matrizes numéricas, decidirem as remunerações que membros anônimos do endogrupo e/ou do exogrupo deveriam receber pela sua participação na experiência. Os pesquisadores os informavam que, quando o experimento terminasse, eles receberiam em dinheiro uma quantia relativa ao que lhes havia sido oferecido por outros participantes.

Os resultados desta e de outras experiências similares (ver, por exemplo, Tajfel, 1970, 1983; Tajfel & Billig, 1974) demonstram que a mera categorização em grupos diferentes conduz a estratégias discriminatórias face ao exogrupo (Delouvée & Wagner-Egger, 2022; Piermattéo et al., 2023b; Yzerbyt & Klein, 2023). A estratégia “máximo para o grupo” é preterida face à estratégia de “máxima diferença”. Assim, os participantes parecem competir com o exogrupo, em vez de seguirem uma estratégia de simples ganho econômico para o endogrupo. Optando pela estratégia de máxima diferença, os participantes sacrificam os ganhos absolutos do endogrupo, para ganhar em termos relativos: distintividade positiva (Tajfel et al., 1971).

Na acepção de Tajfel e Turner (1979), esses resultados demonstram que a discriminação intergrupar não é exclusivamente baseada em interesses grupais incompatíveis: a condição para a competição intergrupar parece ser tão mínima que pode ser considerada como um processo inerente à situação intergrupar. Segundo os autores, a vasta pesquisa desenvolvida com o paradigma dos “grupos mínimos” demonstra que o favoritismo endogrupal constitui uma característica “onipresente nas relações intergrupais”, sendo que “a mera percepção de pertencer a grupos distintos – isto é, a categorização social – é suficiente para desencadear a discriminação” (p. 38).

Tendo em vista essa complexidade do comportamento social, Tajfel (1978) propõe quatro *continua* teóricos, que, considerados de forma articulada, ajudam a compreender como as pessoas podem se comportar ora mais como indivíduos ora mais como membros de determinados grupos. Tais *continua* são: (a) do comportamento puramente interpessoal ou interindividual ao comportamento apenas intergrupar; (b) da variabilidade individual dentro de um grupo ao máximo de uniformidade em termos de comportamentos e atitudes com relação a outro grupo; (c) do tratamento de pessoas que fazem parte do exogrupo a partir dos seus atributos individuais ao tratamento delas como membros indiferenciados de categorias sociais específicas; (d) da mobilidade social à mudança social, ou seja, da estrutura de crenças em um sistema social em que há flexibilidade e possibilidade de movimento individual de um grupo a outro, à estrutura de crenças segundo as quais esse movimento é bastante difícil ou impossível, conforme detalharemos na quarta seção deste capítulo.

Tajfel (1978) ressalta, no entanto, que esses *continua* são essencialmente teóricos. Se considerarmos, por exemplo, o *continuum* “interpessoal vs. intergrupar”, o extremo interpessoal corresponde a uma interação entre dois ou mais indivíduos que é completamente determinada pelas suas características individuais ou pelas suas relações pessoais; já o extremo intergrupar corresponde a uma interação entre dois ou mais indivíduos (ou grupos de indivíduos) que é completamente determinada pelas respectivas pertencas grupais, não sendo afetada pelas características dos indivíduos ou pelas suas relações pessoais. Sabemos, contudo, que é difícil conceber situações sociais em que as pessoas

estejam em apenas um destes extremos, por exemplo, situações em que não haja qualquer influência dos grupos aos quais elas se consideram pertencentes. Por esta razão, esses *continua* são pensados, sobretudo, para fins analíticos.

Nesse sentido, Tajfel (1978) procurou analisar as condições que determinam a adoção de formas de comportamento social mais próximas de um extremo ou de outro. Uma dessas condições, como já referimos, é o conflito intergrupal. Assume-se geralmente que quanto mais intenso é um conflito intergrupal, maior será a probabilidade dos membros de grupos opostos se comportem em função das suas pertenças grupais, mais do que em termos das suas características individuais ou relações interpessoais. Contudo, Tajfel (1978) considera que um conflito institucionalizado ou explícito de interesses entre grupos não é suficiente para explicar muitas situações em que o comportamento social dos indivíduos pertencentes a grupos distintos se aproxima do extremo “intergrupal”. Para tanto, é necessária a articulação de diferentes conceitos caros à TIS, dentre os quais o conceito de “grupo”.

Tajfel (1972) critica as definições de “grupo” habitualmente encontradas na literatura, nas quais o grupo é definido a partir do “interior” – interação ou interdependência dos seus membros. Para o autor, essa focalização nos processos intragrupais pressupõe uma desconsideração da influência que possuem as relações do grupo com outros grupos sobre a sua estruturação interna, ou mesmo sobre a existência do grupo enquanto tal. De acordo com Tajfel (1972), esses elementos não são suficientes para definir um grupo: “a definição de um grupo (nacional, racial ou outro) só tem sentido em relação a outros grupos. Um grupo só é percebido enquanto tal (...) se outros grupos estiverem presentes no ambiente” (p. 295). Como o autor salienta, os grupos não existem num vazio social: “um grupo não é uma ilha da mesma maneira que um indivíduo também não é uma ilha” (Tajfel, 1982b, p. 24).

Desse modo, para Tajfel (1978, 1982c), um grupo é definido com base em critérios externos e internos. Os primeiros são tecidos por indivíduos exteriores ao grupo, ou seja, é importante que outras pessoas também reconheçam a existência do grupo, podendo o consenso exterior acerca de determinado grupo originar critérios de pertença nesse mesmo grupo. Os critérios internos, por seu turno, derivam da autoidentificação dos membros do grupo, isto é, do fato de os indivíduos se sentirem membros desse grupo. Esse sentimento de pertença a um grupo implica uma pertença psicológica, que envolve três aspectos: cognitivo, avaliativo e emocional (Tajfel, 1982c, 1983), como discutiremos na próxima seção. Tais aspectos são os mesmos que estão envolvidos na construção do conceito de “grupo” segundo Tajfel (1983), o qual inclui:

um componente cognitivo, no sentido em que se sabe que se pertence a um grupo; um componente avaliativo no sentido em que a noção de grupo e/ou de pertença a ele pode ter uma conotação de valor positivo ou negativo; e um componente emocional no sentido em que os aspectos cognitivo e avaliativo do grupo e da pertença a ele podem ser acompanhados de emoções (tais como amor ou ódio, gostar ou não gostar) dirigidas para um grupo próprio e para outros com os quais tem certas relações. (p. 261)

Esta forma de conceber o grupo pressupõe, portanto, a ideia de um grupo psicológico, isto é, não são necessárias relações presenciais, face a face entre os membros do grupo, o que diferencia essa perspectiva de algumas outras concepções de “grupo” presentes na psicologia social na época do início do desenvolvimento da TIS (para mais discussões, ver, por exemplo, Tajfel, 1974, 1983).

A Construção da Identidade Social e os Processos de Categorização Social e Comparação Social

Como vimos, os resultados das experiências com os “grupos mínimos” demonstraram que apenas a categorização em grupos distintos, sem que haja qualquer interação prévia entre eles, é suficiente para que possamos observar comportamentos de favoritismo em relação ao endogrupo e discriminação em relação ao exogrupo (Tajfel, 1970; Tajfel & Billig, 1974; Tajfel et al., 1971). A categorização social é um processo cognitivo que faz parte das relações intergrupais (Tajfel, 1972, 1982c; Tajfel et al., 1971) e que, como sintetiza Tajfel (1982a), “tem como principal função, simplificar ou sistematizar, com vista à adaptação cognitiva e comportamental, a abundância e complexidade de informação que o organismo humano recebe do meio” (p. 162).

Bruner (1957), conforme mencionado anteriormente, argumentava que a categorização de diferentes objetos constitui um dos processos básicos através dos quais se manifesta a atividade estruturante do indivíduo na percepção. Quando um organismo é estimulado por um objeto exterior, reage a ele associando-o a uma categoria de estímulos, ao mesmo tempo que lhe atribui as características da categoria na qual o inclui. Segundo o autor, a categorização não implicaria, contudo, um sistema rígido de classificação em que cada indivíduo só pode ser atribuído a uma categoria de determinado nível de abstração. Pelo contrário, a categoria utilizada seria a mais acessível, sendo a acessibilidade determinada pela aprendizagem e pelo estado motivacional do indivíduo no momento. Quanto mais acessível uma categoria menor o *input* necessário para evocar a categorização e maior o espectro de características do *input* que tende a ser percebido como congruente com a categoria, enquanto as características que não se ajustam à categorização tendem a ser mascaradas (Bruner, 1957). Segundo o autor, a categorização permitiria a simplificação, a organização e a previsão de um mundo de outro modo excessivamente complexo.

De acordo com Tajfel (1982a), a categorização dos objetos, incluindo os grupos sociais, é baseada nas semelhanças intracategoriais e nas diferenças intercategoriais. Um dos fenômenos associados com a categorização é o efeito de acentuação. Este consiste numa acentuação, por parte do observador, das semelhanças entre objetos ou pessoas pertencendo à mesma categoria – efeito de assimilação – e das diferenças entre objetos ou pessoas pertencendo a diferentes categorias – efeito de contraste. Esses dois efeitos ocorreriam simultânea e simetricamente, sendo inerentes ao processo de categorização.

O efeito de acentuação foi originalmente estudado na percepção de objetos físicos (Tajfel & Wilkes, 1963), tendo sido posteriormente generalizado para os grupos sociais (Tajfel et al., 1964). A categorização é conceitualizada como um processo cognitivo universal que se aplica a todo o tipo de estímulos, isto é, presume-se existir uma homologia entre a apreensão de estímulos físicos e sociais. No entanto, a experiência de Tajfel et al. (1964) parecia apontar para uma assimetria na percepção dos grupos sociais, aspecto que não foi explorado pelos autores. Nessa experiência, os participantes, todos canadenses, deveriam emitir julgamentos sobre dois grupos-alvo constituídos por duas pessoas da mesma nacionalidade: canadense ou indiana. Os resultados mostraram que os participantes sobrestimavam a semelhança das pessoas-estímulo indianas nos traços mais típicos do estereótipo sobre os indianos, mas isso não aconteceu em relação aos canadenses.

Esta assimetria no efeito de acentuação com relação a categorias sociais foi também evidenciada numa experiência de Doise et al. (1978). Nesta experiência, os participantes,

meninas e meninos, observavam as fotografias de seis pessoas-estímulo, três meninos e três meninas, sendo a sua tarefa descrever cada uma delas a partir de uma lista de adjetivos. Os meninos apresentaram uma tendência maior para acentuar as diferenças intercategoriais do que as meninas e, além disso, acentuaram mais fortemente as semelhanças intracategoriais das pessoas-estímulo do sexo feminino do que do sexo masculino.

Os resultados dessas experiências evidenciam uma assimetria nos efeitos da categorização em função do grupo-alvo: em ambos os casos, o efeito de assimilação foi mais acentuado para o grupo-alvo de menor estatuto relativo (os indianos na primeira experiência e as meninas na segunda). Nesse sentido, Beauvois e Deschamps (1990) consideram que existe uma diferença fundamental entre a apreensão de estímulos físicos e sociais que é importante sublinhar:

contrariamente ao que se passa na categorização de estímulos físicos, na categorização social os sujeitos estão eles próprios inseridos numa rede de categorias. A categorização não implica somente uma acentuação das diferenças entre as categorias, como essas diferenças são avaliativas. (...) Na categorização social o efeito de contraste (acentuação perceptiva das diferenças entre objetos classificados em categorias distintas) desemboca num fenómeno de discriminação, enquanto o efeito de assimilação (acentuação perceptiva das semelhanças entre objetos classificados na mesma categoria) conduz à estereotipia. (pp. 16–17)

Outro processo crucial para a construção da identidade social é a comparação social. Para discutir sobre esse conceito, Tajfel se inspira na teoria da comparação social de Festinger (1954). Esta teoria postula que as pessoas possuem uma necessidade de autoavaliação que, em certas condições, só pode ser realizada através de comparações com outras pessoas consideradas semelhantes ou ligeiramente superiores na(s) característica(s) a comparar. Ou seja, na acepção de Festinger, a comparação é essencialmente interindividual. Tajfel transpõe, então, alguns pressupostos dessa teoria para o âmbito intergrupal, a fim de compreender a distintividade endogrupal (Monteiro, 2013). Assim, segundo o autor, ao realizarem comparações entre o endogrupo e o exogrupo, as pessoas tendem a atribuir mais características positivas ao seu grupo e negativas ao outro grupo, a fim de manter uma autoimagem positiva (Hogg & Abrams, 1999; Tajfel, 1978b, 1982a). No entanto, é importante destacar que as pessoas se comparam com grupos que elas consideram relevantes para a sua construção identitária e para a manutenção da sua autoestima positiva (Tajfel, 1978). Logo, como afirma Monteiro (2013), “as comparações relevantes são, neste caso, decisivas. Não nos comparamos com qualquer grupo, e nem sempre com os mesmos” (p. 524).

Os processos de categorização e comparação social se associam na construção da identidade social, a qual é definida por Tajfel (1983) como “aquela parcela do autoconceito dum indivíduo que deriva do seu conhecimento da sua pertença a um grupo (ou grupos) social, juntamente com o seu significado emocional e de valor associado àquela pertença” (p. 290). Tendo em vista essa definição e a concepção de “grupo” adotada no âmbito da TIS, considera-se que as pessoas podem pertencer a diversos grupos sociais e, do mesmo modo, ter diferentes identidades sociais. A importância dessas pertenças, contudo, pode variar de acordo com o contexto em que as pessoas se encontram e de acordo com o(s) grupo(s) de comparação (Tajfel, 1982c, 1983).

Se, no processo de comparação com diferentes grupos, os indivíduos sentirem a sua identidade social ameaçada ou pouco valorizada, eles podem utilizar diferentes estratégias para alterar essa situação e recobrar a sua segurança (Piermattéo et al., 2023b; Tajfel, 1974, 1978, 1982b; Yzerbyt & Klein, 2023), como discutiremos a seguir.

Estratégias de Valorização da Identidade Social

As principais estratégias que os indivíduos podem adotar para enfrentar uma identidade negativa estão relacionadas ao *continuum* “mobilidade social vs. mudança social”, citado anteriormente, e a uma combinação dele com o *continuum* “interpessoal vs. intergrupal” (Tajfel, 1978).

Desse modo, em determinadas situações, os indivíduos podem se comportar mais como indivíduos (e não como membros de um grupo) e adotar a estratégia de mobilidade social, tentando mudar para outro grupo que se ajuste melhor aos seus objetivos — em geral, um grupo com estatuto social mais elevado — e que contribua para a manutenção da sua identidade social positiva (Tajfel, 1974, 1978). Tal estratégia é baseada em crenças de que as fronteiras entre os grupos são permeáveis e flexíveis, logo, é possível realizar essa mudança individualmente (Tajfel, 1974, 1978, 1982b, 1983; Tajfel & Turner, 1979). Uma das características desta estratégia é que o estatuto do seu grupo anterior não muda, ou seja, é uma estratégia individualista com o objetivo, pelo menos a curto prazo, de alcançar uma solução individual e não uma solução grupal. Assim, essa estratégia implica uma desidentificação com o endogrupo.

Já em outras situações, os indivíduos podem se comportar mais como membros de um grupo e adotarem a estratégia de mudança social (Tajfel, 1974, 1978). Trata-se de uma estratégia utilizada sobretudo por grupos de estatuto social inferior, a partir da qual há uma tentativa de mudança da sua situação de maneira coletiva. Tal estratégia é baseada em crenças de que a situação é ilegítima e instável e de que a natureza e a estrutura das relações entre os grupos sociais na sociedade é caracterizada por uma marcada estratificação, que torna impossível ou muito difícil para o indivíduo, como indivíduo, sair de um grupo insatisfatório ou desfavorecido (Tajfel, 1974, 1978, 1982b, 1983).

Dentre as estratégias coletivas que os membros dos grupos podem utilizar para obter uma identidade social mais positiva, estão:

- *Criatividade social*: os membros do grupo dominado podem procurar uma distintividade positiva para o grupo de pertença redefinindo ou alterando os elementos da situação de comparação. Esta estratégia pode ser focada nos seguintes aspectos: (a) criação de novas dimensões de comparação entre o grupo de pertença e o grupo dos outros; (b) mudança dos valores das dimensões, de modo que comparações previamente negativas passem a ser percebidas como positivas, isto é, invertendo o sistema de valorização; (c) mudança de grupo de comparação, evitando usar um grupo com elevado estatuto como referência para a comparação (Tajfel, 1974, 1978, 1982b). Um exemplo clássico de “criatividade social” foi o movimento *black is beautiful*: a dimensão saliente continua a mesma, a cor da pele, mas o sistema de valorização foi invertido.
- *Competição social*: os membros do grupo podem procurar uma distintividade positiva através de competição direta com o exogrupo, tentando inverter as posições relativas nas dimensões salientes. Esta estratégia implica, portanto, uma mudança na posição social objetiva do grupo.

Tanto a mobilidade individual como certas formas de criatividade social podem reduzir o conflito intergrupal, tendo, no entanto, diferentes implicações. A primeira enfraquece a solidariedade no grupo dominado, mantém o *status quo*, e não fornece um antídoto para a identidade social negativa do grupo; enquanto a segunda pode restaurar ou criar a autoestima positiva. Já a estratégia grupal de mudança social, implica a solidariedade

no seio do grupo dominado e constitui uma ameaça para o grupo dominante, pois visa a alteração de um *status quo* que privilegia estes últimos (Tajfel, 1982b).

Quando as relações de estatuto são percebidas como imutáveis, como uma parte de uma ordem estabelecida, a identidade social está “segura”. A identidade social torna-se “insegura” ou “ameaçada” quando a ordem estabelecida começa a ser questionada. De acordo com Tajfel (1974, 1982b), tanto os grupos de elevado estatuto como os de baixo estatuto reagem a uma identidade social insegura procurando aumentar a distintividade positiva do seu grupo. Como foi referido, quando a situação é percebida como ilegítima e instável, a probabilidade dos membros do grupo de baixo estatuto rejeitarem a sua inferioridade e se empenharem em estratégias de mudança social é maior. Quanto aos membros do grupo dominante, várias soluções são possíveis quando a legitimidade do seu estatuto é posta em causa: reforçar, tanto quanto possível, as barreiras existentes e os sistemas “legais” de discriminação; e/ou a criação e manutenção de uma ideologia que justifique o *status quo*, como o alegado “fardo do homem branco” (Tajfel, 1978, p. 90).

Outras Abordagens Teóricas no Estudo das Identidades Sociais

Durante a década de 1980, John Turner, que também fazia parte da chamada Escola de Bristol e que trabalhou com Henri Tajfel no desenvolvimento da TIS, propôs, junto de outros colaboradores, uma nova teoria, a teoria da autocategorização (Turner et al., 1987). Embora derivando da TIS, é uma teoria substancialmente diferente. Um dos aspectos em que as duas abordagens teóricas divergem é na interpretação do contínuo “interpessoal vs. intergrupal”. Enquanto para Tajfel o polo “interpessoal” era considerado meramente teórico, para Turner o *self* determina todo o processo, mesmo no polo “intergrupal”.

Turner (1987) define o “autoconceito” como “um conjunto de representações cognitivas sobre o *self*” (p. 44). O autoconceito compreende diferentes componentes, isto é, cada pessoa possui múltiplos conceitos de si própria. O funcionamento do autoconceito é dependente da situação: autoconceitos particulares tendem a ser ativados e a se tornar salientes em situações específicas.

As representações cognitivas do *self* tomam a forma, entre outras, de *autocategorizações*. Estas fazem parte de um sistema hierárquico de classificação em função do seu nível de abstração, isto é, quanto mais inclusiva a autocategorização, mais elevado o nível de abstração. Turner (1987) considera que há, pelo menos, três níveis de abstração que são importantes para o autoconceito: o *nível subordinado*, correspondente às autocategorizações pessoais baseadas na diferenciação entre o *self* enquanto indivíduo único e os outros membros do endogrupo (diferenciação intragrupal); o *nível intermediário*, referente à diferenciação endogrupo-exogrupo (diferenciação intergrupal); e o *nível supraordenado*, referente à compreensão do *self* como ser da espécie humana.

De acordo com Turner (1987), verifica-se um antagonismo funcional entre a saliência de um nível de categorização e a saliência dos outros níveis. A saliência das diferenças intergrupais, no nível intermediário da categorização, pressupõe reduzir ou inibir a percepção das diferenças intrgrupais. Assim, verifica-se uma tendência para “uma relação inversa entre a saliência dos níveis de autocategorização pessoal e social” (p. 49). Segundo o autor, os fatores que realçam a saliência da categorização endogrupo-exogrupo tendem a aumentar a semelhança percebida entre o *self* e os membros do endogrupo (e as diferenças face a outros grupos), isto é, conduzem à “despersonalização” da autopercepção nas dimensões relevantes num dado contexto: a despersonalização “refere-se ao processo de

‘autoestereotipização’ pelo qual as pessoas tendem a perceber-se a si próprias mais como exemplares intermutáveis de uma categoria social do que como personalidades únicas definidas pelas suas diferenças individuais face aos outros” (Turner, 1987, p. 50).

Turner (1987) salienta que o termo “despersonalização” não tem uma conotação negativa: a despersonalização “não corresponde à perda da identidade individual, nem à submersão do *self* no grupo” (p. 51). No entanto, esta afirmação parece-nos questionável, já que, por um lado, não é apresentada evidência empírica que a sustente, e por outro, a despersonalização corresponde a uma perda do estatuto enquanto “indivíduo” autónomo e internamente determinado (e.g., Doise, 1999).

Resumindo, segundo a teoria da autocategorização, a pertença grupal é um fenómeno dinâmico, sendo definido como um processo psicológico que implica a despersonalização da autopercepção. O comportamento intergrupal expressa uma mudança, no nível de abstracção da autocategorização, do nível pessoal para o nível social.

De acordo com Lorenzi-Cioldi e Doise (1990), no entanto, a teoria da autocategorização deve ser articulada com outros modelos explicativos para poder dar conta das variações observadas nas relações intergrupais. Nas últimas décadas, diversos estudos envolvendo grupos com estatuto social assimétrico vieram demonstrar complexos padrões de diferenciação interpessoal e intergrupal dependendo da natureza das relações intergrupais e do contexto envolvente (e.g., Amâncio, 1988, 1993; Deschamps, 1982; Lorenzi-Cioldi, 2002). Na acepção de Deschamps (1982), o estudo da identidade deve ter em consideração que os indivíduos se definem e são definidos em relação a um universo simbólico comum que diferencia os grupos através das suas posições relativas, o que se traduz em diferentes modalidades de identidade social.

Em alternativa à hipótese de exclusão mútua das diferenciações intra e intergrupais, subjacente à teoria da autocategorização, Deschamps (1982) propõe a hipótese da co-variação. Um exemplo dessa hipótese está nos estudos sobre o chamado “efeito ovelha negra” (Marques, 1990), os quais apontam para uma covariação nos comportamentos de diferenciação intra e intergrupal. Basicamente, o “efeito ovelha negra” é considerado uma consequência de os membros do grupo tentarem alcançar superioridade para o seu grupo, comparando-o com outro(s) grupo(s) relevante(s). Marques (1990) considera que uma forma de alcançar essa superioridade consiste em desvalorizar os membros “desviantes” do grupo de pertença, isto é, que não revelem as características positivas dos membros considerados mais prototípicos do grupo. O resultado deste processo é uma polarização nos juízos sobre os membros do grupo de pertença relativamente aos juízos sobre os membros dos outros grupos.

Nesse sentido, Deschamps (1982) afirma que a dicotomia entre identidade pessoal diferenciada e identidade social homogeneizante é inaceitável. O comportamento do indivíduo, no seio do grupo e em relação ao grupo comparativamente relevante, é orientado por normas e valores coletivos que dão significado à categorização intergrupal. Uma dessas referências coletivas são as ideologias relativas à estratificação dos grupos sociais numa escala de poder, que o autor designa por um “universo simbólico comum de valores” (p. 88), que serve de referência à posição relativa dos grupos sociais. Assim, na acepção de Deschamps, os polos do *continuum* interpessoal-intergrupal não são antagónicos, mas podem covariar.

Deschamps (1982) chamou a atenção para a ideia de que a distintividade interpessoal depende das posições dos indivíduos num dado sistema intergrupal. Os membros dos grupos dominantes se consideram individualmente como um ponto de referência em relação ao qual as outras pessoas são definidas, eles se concebem como indivíduos únicos e a sua

pertença grupal não contribui muito para a sua definição de si próprios. Por outro lado, os membros dos grupos dominados se definem e são definidos pelos outros, em termos das categorizações sociais que lhes são impostas. A procura de diferenciação seria, portanto, privilégio dos membros dos grupos dominantes e seria aumentada quando essa pertença grupal fosse tornada saliente. Desta forma, a hipótese da covariação se aplica mais especificamente aos membros dos grupos que estão numa posição dominante, mas é necessário ter em conta que os membros dos grupos dominados também podem ocupar posições dominantes em situações específicas.

A partir dessas reflexões, Deschamps (1982) enfatiza a importância de se considerar as relações de interdependência existentes entre os grupos, seja em termos concretos ou simbólicos. Tais relações são frequentemente assimétricas: os grupos das “mulheres”, dos “negros”, dos “operários”, não são grupos equivalentes ou intermutáveis com os dos “homens”, “brancos”, “classe média”, dado que ocupam posições diferenciadas na estrutura social. As relações de poder vão se atualizar nas relações de interdependência entre os grupos. Os grupos dominantes vão procurar preservar a sua posição de dominação. Por outro lado, no caso dos grupos dominados, a valorização global do seu próprio grupo será difícil já que a imagem social desfavorecida se opõe à tendência de etnocentrismo (Lorenzi-Cioldi, 2002).

O modelo proposto por Deschamps (1982) não toma como ponto de partida a distinção entre a identidade pessoal e a identidade social, mas sim a distinção entre a identidade de fato e a identidade imaginária. A primeira é a definição do *self* atribuída aos indivíduos através das suas relações sociais. No caso de serem membros de grupos dominantes, essas definições são feitas em termos de pessoas ou sujeitos; para os membros de grupos dominados, elas são parte de um objeto coletivo. Como resultado, a identidade de fato é, para os dominantes, homóloga à identidade imaginária. Em contraste, as identidades de fato e imaginária não têm congruência no caso dos dominados.

De modo geral, os estudos acima mencionados exemplificam propostas teóricas que têm sido desenvolvidas nas últimas décadas e que sublinham a relevância da articulação entre os aspectos subjetivos da identificação grupal e os aspetos objetivos referentes às relações entre os grupos, como a legitimidade das condições sociais e as possibilidades de mudanças. Tal articulação contribui para uma compreensão mais ampla da complexidade dos processos envolvidos nas relações intergrupais (Amâncio, 1988). Esses estudos têm permitido, desse modo, integrar elementos de ordem societal a elementos associados ao processo de identificação, superando limitações presentes nos estudos iniciais da TIS.

Agradecimentos

Este trabalho é financiado por fundos nacionais no âmbito do Financiamento Plurianual do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade 2025-2029, referência UID/00736/2025, pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.

Referências

- Adorno, T. W., Frenkel-Brunswilk, E., Levinson, D. J., & Sanford, R. N. (1950). *The authoritarian personality*. Harper and Row.
- Amâncio, L. (1988). Dimensões de comparação e discriminação intergrupos: Uma abordagem psicossociológica das relações entre grupos “dominantes” e “dominados”. *Análise Psicológica*, 3–4(VI), 307–319.
- Amâncio, L. (1993). Níveis de análise no estudo da identidade social. *Análise Psicológica*, 2(XI), 213–221.

- Apfelbaum, E. (1979). Relations of domination and movements for liberation: An analysis of power between groups. In W. G. Austin & S. Worchel (Eds.), *The social psychology of intergroup relations* (pp. 118–204). California Brooks/Cole.
- Beauvois, J.-L., & Deschamps, J.-C. (1990). Vers la cognition sociale. In R. Ghiglione, C. Bonnet, & J.-F. Richard (Eds.), *Traité de psychologie cognitive* (Vol. 3; pp. 1–110). Dunod.
- Berkowitz, L. (Ed.). (1965). *Advances in experimental social psychology* (Vol. 2). Academic Press.
- Bruner, J. S. (1957). On perceptual readiness. *Psychological Review*, 64(2), 123–152. <https://doi.org/10.1037/h0043805>
- Camino, L., & Torres, A. R. R. (2023). Origens e desenvolvimento. In A. R. R. Torres, M. E. O. Lima, E. M. Techio, & L. Camino (Eds.), *Psicologia social: Temas e teorias* (pp. 27–74). Blucher Open Access.
- Campbell, D. T. (1965). Ethnocentrism and other altruistic motives. In D. Levine (Ed.), *Nebraska Symposium on Motivation* (Vol. 18; pp. 179–236). University of Nebraska Press.
- Delouvée, S., & Wagner-Egger, P. (2022). Les stéréotypes, les préjugés et la discrimination. In S. Delouvée & P. Wagner-Egger (Eds.), *Manuels visuels de licence: Psychologie sociale* (pp. 127–149). Dunod.
- Deschamps, J.-C. (1982). Social identity and relations of power between groups. In H. Tajfel (Ed.), *Social identity and intergroup relations* (pp. 85–98). Cambridge University Press.
- Doise, W. (1982). *L'explication en psychologie sociale*. Presses Universitaire de France.
- Doise, W. (1999). L'individualisme comme représentation collective. In J.-C. Deschamps, J.-F. Morales, D. Pâez, & S. Worchel (Eds.), *L'identité sociale: La construction de l'individu dans les relations entre groupes* (pp. 195–212). Presses Universitaires de Grenoble.
- Doise, W., Deschamps, J.-C., & Meyer, G. (1978). The accentuation of intra-category similarities. In H. Tajfel (Ed.), *Differentiation between social groups – Studies in the social psychology of intergroup relations* (pp. 159–170). Academic Press.
- Dollard, J., Doob, L., Miller, N. E., Mowrer, O. H., & Sears, R. R. (1939). *Frustration and aggression*. Yale University Press.
- Festinger, L. (1954). A theory of social comparison processes. *Human Relations*, 7(2), 117–140. <https://doi.org/10.1177/001872675400700202>
- Hogg, D., & Abrams, M. A. (1999). *Social identifications – A social psychology of intergroup relations and group processes*. Routledge.
- Le Bon, G. (1896). *Psychologie des foules*. F. Alcan.
- Lewin, K. (1997). *Resolving social conflicts & field theory in social science*. APA. (Trabalho original publicado em 1948)
- Lorenzi-Cioldi, F. (2002). *Les représentations des groupes dominants et dominés: Collections et agrégats*. Presses Universitaires de Grenoble.
- Lorenzi-Cioldi, F., & Doise, W. (1990). Levels of analysis and social identity. In D. Abrams & M. A. Hogg (Eds.), *Social identity theory: Constructive and critical advances and research* (pp. 71–88). Harvester.
- Marques, J. M. (1990). The back-sheep effect: Out-group homogeneity in social comparisons settings. In D. Abrams & M. A. Hogg (Eds.), *Social identity theory: Constructive and critical advances* (pp. 131–151). Harvester.
- Monteiro, M. B. (2013). Relações intergrupais. In J. Vala & M. B. Monteiro (Eds.), *Psicologia social* (pp. 493–568). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Piermattéo, A., Guegan, J., & Tavani, J. L. (2023a). Les rapports intergroupes. In A. Piermattéo, J. Guegan, & J. L. Tavani (Eds.), *Psychologie sociale en 21 fiches* (pp. 197–204). De Boeck Supérieur.
- Piermattéo, A., Guegan, J., & Tavani, J. L. (2023b). L'identité sociale. In A. Piermattéo, J. Guegan, & J. L. Tavani (Eds.), *Psychologie sociale en 21 fiches* (pp. 68–77). De Boeck Supérieur.
- Sherif, M. (2015). *Group conflict and co-operation: Their social psychology*. Psychology Press. (Trabalho original publicado em 1966)

- Sherif, M., Harvey, O. J., White, B. J., Hood, W. R., & Sherif, C. W. (1988). *The robbers cave experiment: Intergroup conflict and cooperation*. Wesleyan University Press. (Trabalho original publicado em 1961)
- Sherif, M., & Sherif, C. W. (1979). Research on intergroup relations. In W. G. Austin & S. Worchel (Eds.), *The social psychology of intergroup relations* (pp. 7–18). Brooks/Cole.
- Sumner, W. G. (1940). *Folkways: A study of the social importance of usages, manners, customs mores, and morals*. Ginn and Company. (Trabalho original publicado em 1906)
- Tajfel, H. (1970). Experiments in intergroup discrimination. *Scientific American*, 223(5), 96–103. <http://www.jstor.org/stable/24927662>
- Tajfel, H. (1972). La catégorisation sociale. In S. Moscovici (Ed.), *Introduction à la psychologie sociale* (pp. 272–302). Larousse Université.
- Tajfel, H. (1974). Social identity and intergroup behaviour. *Social Science Information*, 13(2), 65–93. <https://doi.org/10.1177/053901847401300204>
- Tajfel, H. (Ed.). (1978). *Differentiation between social groups: Studies in the social psychology of intergroup relations*. Academic Press.
- Tajfel, H. (1982a). *Grupos humanos e categorias sociais I* (L. Amâncio, Trad.). Livros Horizonte.
- Tajfel, H. (1982b). Comportamento intergrupo e psicologia social da mudança. In A. F. Barroso, B. M. Silva, J. Vala, B. M. Monteiro, & M. H. Castro (Eds.), *Mudança social e psicologia social* (pp. 13–24). Livros Horizonte.
- Tajfel, H. (1982c). Social psychology of intergroup relations. *Annual Review of Psychology*, 33, 1–39. <https://doi.org/10.1146/annurev.ps.33.020182.000245>
- Tajfel, H. (1983). *Grupos humanos e categorias sociais II* (L. Amâncio, Trad.). Livros Horizonte.
- Tajfel, H., & Billig, M. (1974). Familiarity and categorization in intergroup behavior. *Journal of Experimental Social Psychology*, 10(2), 159–170. [https://doi.org/10.1016/0022-1031\(74\)90064-X](https://doi.org/10.1016/0022-1031(74)90064-X)
- Tajfel, H., Billig, M. G., Bundy, R. P., & Flament, C. (1971). Social categorization and inter-group behavior. *European Journal of Social Psychology*, 1(2), 149–178. <https://doi.org/10.1002/ejsp.2420010202>
- Tajfel, H., Sheikh, A. A., & Gardner, R. C. (1964). Content of stereotypes and the inference of similarity between members of stereotyped groups. *Acta Psychologica*, 22, 191–201. [https://doi.org/10.1016/0001-6918\(64\)90017-4](https://doi.org/10.1016/0001-6918(64)90017-4)
- Tajfel, H., & Turner, J. C. (1979). An integrative theory of intergroup conflict. In W. G. Austin & S. Worchel (Eds.), *The social psychology of intergroup relations* (pp. 33–48). Brooks/Cole.
- Tajfel, H., & Wilkes, A. L. (1963). Classification and quantitative judgement. *British Journal of Psychology*, 54(2), 101–114. <https://doi.org/10.1111/j.2044-8295.1963.tb00865.x>
- Tarde, G. (1924). *Les lois de l'imitation*. Alcan. (Trabalho original publicado em 1890)
- Torres, A. R. R., Camino, L., & Khalil, C. V. (2023). Grupo social, relações intergrupais e identidade social. In A. R. R. Torres, M. E. O. Lima, E. M. Techio, & L. Camino (Eds.), *Psicologia social: Temas e teorias* (pp. 335–353). Blucher Open Access.
- Turner, J. C. (1987). A self-categorization theory. In J. C. Turner, M. A. Hogg, P. J. Oakes, S. D. Reicher, & M. S. Wetherell (Eds.), *Rediscovering the social group: A self-categorization theory* (pp. 42–67). Blackwell.
- Turner, J. C., Hogg, M. A., Oakes, P. J., Reicher, S. D., & Wetherell, M. S. (Eds.). (1987). *Rediscovering the social group: A self-categorization theory*. Blackwell.
- Yzerbyt, V., & Klein, O. (2023). Les relations intergroupes. In V. Yzerbyt & O. Klein (Eds.), *Psychologie sociale* (pp. 522–574). De Boeck Supérieur.

Material Suplementar

Curta-metragem “Nós Somos Carne, Nós Somos Ventre, Nós Somos Nação”: Entrevista a Maria Gil: Macedo, I., Pereira, A. P., Correia Borges, G., Mesquita, B., Januário, M., Sá, A., & Cabecinhas, R. (2024). “Nós somos carne, nós somos ventre, nós somos nação”: Entrevista a Maria Gil”. Repositório de Dados da Universidade do Minho, V2. <https://doi.org/10.34622/datarepositorium/150E6Z>

Palestra de Chimamanda Adichie, "O Perigo de uma Única História": Adichie, C. N. (2009). O perigo de uma única história. TED. https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story?subtitle=pt-br

Vídeo da Plataforma TED-Ed Sobre Identidade Social: https://www.ted.com/talks/jay_van_bavel_and_dominic_packer_the_sibling_rivalry_that_divided_a_town?language=pt&subtitle=pt

Vídeo Sobre o Experimento "A Caverna dos Ladrões", de Sherif e Colaboradores: <https://www.youtube.com/watch?v=8PRuxMprSDQ>

